

SUMÁRIO



| | |
|-------------------------------|---|
| APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO..... | 9 |
| <i>Ataliba T. de Castilho</i> | |

| | |
|-------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO..... | 27 |
| <i>Clélia Spinardi Jubran</i> | |

PARTE I

DA NATUREZA DO TEXTO FALADO

| | |
|-------------------------------------|----|
| ESPECIFICIDADE DO TEXTO FALADO..... | 39 |
| <i>Ingedore Villaça Koch</i> | |

| | |
|-----------------------------------------|----|
| FENÔMENOS INTRÍNSECOS DA ORALIDADE..... | 47 |
|-----------------------------------------|----|

| | |
|-------------------------------|----|
| Hesitação..... | 49 |
| <i>Luiz Antônio Marcuschi</i> | |

| | |
|-----------------------------------------------------------------|----|
| Interrupção..... | 69 |
| <i>Maria Cecília Souza-e-Silva e Mercedes Canha Crescitelli</i> | |

PARTE II

ORGANIZAÇÃO TÓPICA DO TEXTO FALADO

TÓPICO DISCURSIVO85

Clélia Spinardi Jubran

O PAR DIALÓGICO PERGUNTA–RESPOSTA..... 127

*Leonor Lopes Fávero, Maria Lúcia C. V. O. Andrade
e Zilda Aquino*

O RELEVO NO PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO..... 159

Luiz Carlos Travaglia

PARTE III

PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL

REPETIÇÃO..... 207

Luiz Antônio Marcuschi

CORREÇÃO..... 241

*Leonor Lopes Fávero, Maria Lúcia C. V. O. Andrade
e Zilda Aquino*

PARAFRASEAMENTO 257

José Gaston Hilgert

PARENTETIZAÇÃO 279

Clélia Spinardi Jubran

TEMATIZAÇÃO E REMATIZAÇÃO..... 333

Ingedore Villaça Koch

REFERENCIAÇÃO 351

Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Villaça Koch

PARTE IV

MARCADORES DISCURSIVOS

TRAÇOS DEFINIDORES DOS MARCADORES DISCURSIVOS 371

Mercedes Sanfelice Risso, Giselle Machline de Oliveira e Silva e Hudinilson Urbano

MARCADORES DISCURSIVOS

BASICAMENTE SEQUENCIADORES 391

Mercedes Sanfelice Risso

MARCADORES DISCURSIVOS

BASICAMENTE INTERACIONAIS 453

Hudinilson Urbano

ÍNDICE ONOMÁSTICO 483

ÍNDICE REMISSIVO 485

BIBLIOGRAFIA 491

OS AUTORES 503

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

Ataliba T. de Castilho



PARA UMA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Um conjunto de fatores desencadeados nos anos 1970 e 1980 favoreceu a eclosão do movimento científico de que resultou esta *Gramática do português culto falado no Brasil*: a expansão dos cursos de pós-graduação em Linguística, o surgimento dos projetos coletivos de pesquisa e a insistência de vários linguistas para que passássemos a dispor de gramáticas descritivas que refletissem o uso brasileiro da língua portuguesa.

Em 1969 foi fundada a Associação Brasileira de Linguística, e a partir de 1972 passaram a ser implantados os Programas de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, hoje em grande número. Esse fato novo na vida universitária brasileira teve diversas consequências: o surgimento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística, em 1984, a fundação de mais de 12 revistas especializadas publicadas regularmente, a concessão de bolsas de estudo a dezenas de jovens brasileiros que partiram para o exterior, em busca de doutorado em áreas ainda não existentes no Brasil, a organização sistemática de seminários e congressos e o estabelecimento de uma política de aquisição de bibliografia especializada.

A instalação da Linguística entre nós e a profissionalização dos linguistas brasileiros tiveram por efeito a busca de uma temática de interesse para o desenvolvimento da cultura nacional. Os linguistas sentiram o peso de suas responsabilidades sociais e políticas. Sem descurar de sua formação teórica, eles passaram a

buscar assunto para suas pesquisas nas centenas de línguas indígenas brasileiras, na variabilidade do português brasileiro e nas diversas situações de contato linguístico. Daí para a organização de projetos coletivos de investigação foi um passo, logo dado pelas seguintes iniciativas: Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (UFBA, USP, Unicamp, UFPE, UFRJ e UFRS, a partir de 1970); Projeto Censo Linguístico do Rio de Janeiro, hoje Programa de Estudos de Usos Linguísticos (UFRJ, desde 1972); e Projeto de Aquisição da Linguagem (Unicamp, a partir de 1975). Já nos anos 1990, surgiram o Projeto Variação Linguística do Sul do Brasil (UFPR, UFSC e UFRS, desde 1992), o Programa de História do Português (UFBA, desde 1991), o Projeto do Atlas Linguístico Brasileiro (UFBA, UFJF, UEL, UFRJ e UFRS, desde 1997), o Projeto para a História do Português Brasileiro (UFAL, UFBA, UFCE, UFMG, UFPB, UFPR, UFPE, UFPO, UFRJ, UFRN, UFSC, USP, Unicamp, Unesp – Araraquara e São José do Rio Preto, a partir de 1997), entre tantos outros.

Outro fato que assinalou esse período foi a crescente preocupação para que dispuséssemos de bons dicionários e de boas gramáticas, mais conformes ao uso brasileiro do português. No domínio dos dicionários, foram publicados: Ferreira (1986), Borba (1990), Houaiss (2001) e Borba (2002). No domínio das gramáticas, cinco iniciativas assinalaram a busca da mudança: Perini (1995, 2010), Bechara (1999), Neves (2000), Castilho (2010) e Bagno (2011).

Quanto à renovação das gramáticas, deu-se uma notável coincidência, pois no mesmo ano foram publicados no país quatro livros de caráter programático: Ilari (1985), Perini (1985), Luft (1985) e Bechara (1985). Mesmo partindo de perspectivas diferentes, seus autores confluíram na defesa da preparação de uma “nova gramática” do português, mais atenta às alterações que se vinham notando na realidade linguística do país. O surgimento entre nós dos estudos sobre a língua falada daria uma resposta decisiva aos planos desses autores.

ESTUDOS SOBRE O PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL

A partir dos anos 1960, grupos de pesquisadores afiliados a várias universidades brasileiras se engajaram na tarefa de documentar, descrever e refletir sobre a língua falada.

Em toda a sua história, a Linguística sempre esteve atravessada pela ideia de que a língua falada é a manifestação primordial da linguagem e seu objeto primeiro de estudos. Mas esses belos propósitos só puderam se transformar em ações científicas efetivas depois de uma inovação tecnológica, a invenção do gravador portátil. Podia-se, finalmente, pôr em marcha um programa sistemático de investigação da oralidade.

A América Latina antecipou-se nesse movimento científico. Em 1964, Juan M. Lope-Blanch, linguista espanhol radicado no México, obteve junto ao Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas (Pilei) a aprovação de seu Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Linguística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica (Lope-Blanch, 1964-1967, 1986). Seu projeto representava uma notável mudança de rumo dos estudos dialetológicos: deixava-se de privilegiar o falar residual de pequenas comunidades rurais, “perdidas en los varicuetos de una sierra”, partindo-se para a documentação e a descrição da linguagem-padrão das grandes metrópoles que iam surgindo, as quais alteraram a proporção “população rural vs. população urbana” até então vigente. Lope-Blanch mostrava, por exemplo, que em vários países da América Latina metade da população habitava suas capitais, o que poderia afetar o conjunto linguístico do país, dada a previsível força de irradiação da variedade da capital.

Desde o começo, o Proyecto previa a inclusão da América portuguesa, além da Espanha e de Portugal. Convidado a opinar sobre o assunto, o professor Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia, e delegado brasileiro junto ao Pilei, apresentou uma proposta ao Simpósio do México (Rossi, 1968). Ele pondera ali que, contrariamente à América espanhola, a execução do projeto no Brasil não poderia limitar-se à capital do país, e nem mesmo ao Rio de Janeiro: “arrisco a impressão de que a cidade do Rio de Janeiro, apesar de sua excepcional significação como aglomerado urbano e como centro de irradiação de padrões culturais, não daria por si só a imagem do português do Brasil” (Rossi, 1968-1969: 49). Apresenta então suas ideias sobre o policentrismo cultural brasileiro e argumenta que, desenvolvendo-se o projeto em cinco capitais, sendo quatro fundadas no século XVI (Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo) e uma no século XVIII (Porto Alegre), estariam abarcados “doze milhões e meio de habitantes aproximadamente, o que equivale a um sétimo da população atual do país” (ibidem).

Desconhecendo esses arranjos, conhecendo, porém, o Proyecto de Lope-Blanch, eu tinha proposto sua adaptação a parte do país, num texto intitulado “Descrição do português culto na área paulista” (Castilho, 1968). Informado por Nelson Rossi das decisões tomadas no Pilei, e por ele convidado a integrar o projeto mais amplo, aceitei suas ponderações e desisti do plano anterior.

Finalmente, a 11 de janeiro de 1969, aproveitando a presença de vários professores brasileiros reunidos no III Instituto Interamericano de Linguística, promovido pelo Pilei na Universidade de São Paulo, juntamente com o II Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (Alfal), o professor Rossi convocou uma reunião de que participaram os futuros coordenadores das equipes do projeto, que viria a ser conhecido entre nós como Projeto Nurc: Albino de Bem Veiga (Porto Alegre), Isaac Nicolau Salum e Ataliba T. de

Castilho (São Paulo), além do próprio Rossi, coordenador do projeto em Salvador. Posteriormente, seriam indicados Celso Cunha (Rio de Janeiro) e José Brasileiro Vilanova (Recife). Reuni num livrinho editado pelo Conselho Municipal de Cultura de Marília os documentos então gerados (Castilho, org., 1970).

Para discutir a metodologia da pesquisa e seus rumos no país, foram realizadas 14 reuniões nacionais do projeto: I, Porto Alegre, 1969; II, Capivari, 1970; III, Recife, 1971; IV, Rio de Janeiro, 1971; V, Salvador, 1972; VI, Porto Alegre, 1973; VII, São Paulo, 1974; VIII, Recife, 1974; IX, Rio de Janeiro, 1975; X, Rio de Janeiro, 1977; XI, Salvador, 1981; XII, Rio de Janeiro, 1984; XIII, Campinas, 1985; XIV, Porto Alegre, 1987. As atas dessas reuniões estão depositadas no Centro de Documentação Linguística e Literária Alexandre Eulálio, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

Designadas as equipes locais, cuja listagem aparece em Castilho (1990b: 147-49), teve início o trabalho de documentação da fala de seiscentos informantes de formação universitária, selecionados entre pessoas nascidas na cidade, filhas de pais igualmente nascidos na cidade, divididos por igual em homens e mulheres e distribuídos por três faixas etárias (25-35 anos, 36-55 e de 56 em diante).

A fala dos informantes foi gravada em três situações distintas: Diálogo entre Informante e Documentador (DID), Diálogo entre Dois Informantes (D2) e Elocuções Formais (EF), de aulas e conferências. A equipe nacional desistiu de realizar as gravações sigilosas previstas no projeto original. As entrevistas eram tematicamente orientadas, fundamentando-se em cerca de vinte centros de interesse, abrangidos por mais de quatro mil quesitos.

As gravações foram realizadas entre 1970 e 1977, tendo-se apurado um *corpus* gigantesco, constante de 1.870 entrevistas com 2.356 informantes, totalizando 1.570 horas de gravações. Começou então a árdua tarefa de transcrever parte desse *corpus*, organizando-se o “*corpus* compartilhado”, um conjunto de 18 entrevistas por cidade, selecionadas de acordo com os parâmetros sociolinguísticos do projeto, e distribuídas a todas as cidades participantes. Amostras do *corpus* começaram a ser publicadas em 1986:

São Paulo – Castilho e Preti (orgs., 1986, 1987), Preti e Urbano (orgs., 1988);
Rio de Janeiro – Callou (org., 1991), Callou e Lopes (orgs., 1993, 1994);
Salvador – Motta e Rollemberg (orgs., 1994, 2006);
Recife – Sá, Cunha, Lima e Oliveira (orgs., 1996, 2005);
Porto Alegre – Hilgert (org., 1997).

As amostras das três últimas cidades ainda estão incompletas.

Em 1988, representantes do Projeto do Português Fundamental (sediado no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa) e do Projeto Nurc/Brasil

firmaram um protocolo de intercâmbio de dados, de tal sorte que atualmente ambas as equipes dispõem de elementos para eventuais comparações entre as modalidades europeia e americana do português falado culto. Esse propósito, entretanto, não se realizou.

De acordo com a metodologia do projeto, a análise dos materiais assim recolhidos se faria a partir de um guia-questionário, que forneceria um roteiro básico para a pesquisa, visando assegurar a comparabilidade dos resultados. A comissão brasileira adaptou a versão espanhola já publicada desse roteiro: *Questionario* (1971-1973). Os quesitos compreendiam três setores: fonética e fonologia, morfossintaxe e léxico. A partir de 1978 as análises tiveram início, tendo seguido duas grandes direções: estudos gramaticais e estudos de pragmática da língua falada. Parte desses trabalhos foi publicada em coletâneas: Castilho (org., 1989a), Preti e Urbano (orgs., 1990), Preti (org., 1993, 1997, 1998). Muitos textos foram publicados em revistas científicas e anais de congressos; outros são teses, como Menon (1994). O léxico do Rio de Janeiro foi concluído e publicado: Marques (1996). O estudo de São Paulo foi empreendido por Del Carratore e Laperuta Filho (2009). Para a história do Projeto Nurc e a bibliografia gerada até 1990, ver Castilho (1990b).

As análises gramaticais mostravam já em 1981 que haveria problemas para a continuação dos trabalhos, na forma como eles tinham sido concebidos no final dos anos 1960 pelo projeto congênere do espanhol da América, acolhido pelas equipes brasileiras, visto que:

1. não tinha havido uma discussão sobre a especificidade do oral, e os instrumentos de análise tomavam a língua escrita como ponto de partida;
2. o modelo teórico adotado, que combinava elementos da gramática tradicional com uma sorte de “estruturalismo mitigado”, não dava conta de uma série de fenômenos típicos da modalidade falada;
3. novas tendências da indagação linguística, surgidas posteriormente à concepção do projeto, mostravam-se mais sensíveis à modalidade falada, particularmente as aproximações entre a sintaxe e o discurso. Para uma análise dessas e de outras questões, ver Castilho (1984, 1990b).

Apesar desses acidentes de percurso, deve-se reconhecer que esse projeto se mostrou plenamente vitorioso em sua fase de coleta e organização dos dados. Graças a ele, a Linguística brasileira se manteve atualizada quanto à organização de inventários da língua falada e sua análise, atividade que passava a ocupar um lugar importante na Linguística mundial.

PROJETO DE GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO

As pesquisas para a elaboração desta gramática tiveram início em 1987. Naquele ano, a convite da professora Maria Helena de Moura Neves, coordenadora do Grupo de Trabalho de Descrição do Português da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística, apresentei ao respectivo Encontro Nacional, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF), voltado para a preparação coletiva de uma gramática do português falado, com base nos materiais do Projeto Nurc/Brasil.

Tendo havido boa receptividade à ideia, convoquei em 1988 o I Seminário desse projeto, realizado em Águas de São Pedro (SP), no qual se debateu o plano inicial, que era o de “preparar uma gramática referencial do português culto falado no Brasil, descrevendo seus níveis fonológico, morfológico, sintático e textual”.

Reconheceu-se nesse primeiro encontro que seria impossível selecionar uma única articulação teórica que desse conta da totalidade dos temas que se espera ver debatidos numa gramática descritiva, numa gramática de referência como a que se planejava escrever. As primeiras discussões cristalizaram esse reconhecimento, tendo-se decidido dar livre curso à convivência dos contrários no interior do projeto. Como forma de organização, distribuíram-se os pesquisadores por Grupos de Trabalho (GTs), sob a coordenação de um deles. Cada GT traçaria o perfil teórico que pautaria suas pesquisas e organizaria sua agenda de pesquisas. Os textos que fossem sendo discutidos e preparados no interior de cada GT seriam posteriormente submetidos à discussão pela totalidade dos pesquisadores, reunidos em seminários plenos.

O *corpus* utilizado é uma seleção de entrevistas do Projeto Nurc/Brasil, realizada de acordo com as características desse projeto. Eis o quadro das entrevistas escolhidas:

| | POA | RJ | SP | REC | SSA |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| EF | 278 | 379 | 405 | 337 | 049 |
| DID | 045 | 328 | 234 | 131 | 231 |
| D2 | 291 | 355 | 360 | 005 | 098 |

POA = Porto Alegre; RJ = Rio de Janeiro; SP = São Paulo; REC = Recife; SSA = Salvador; EF = Elocução Formal; DID = Diálogo entre Informante e Documentador; D2 = Diálogo entre Dois Informantes.

Os GTs decidiram proceder a um levantamento exaustivo dos dados na totalidade desse *corpus*, ou a um levantamento não exaustivo naqueles casos em que a continuidade da investigação já não revelasse fatos novos. Ao longo do levan-

tamento dos dados, não tinham ainda sido publicadas tipograficamente as transcrições das entrevistas gravadas em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, em Salvador e em Recife, usando-se para esse fim as transcrições datilografadas, preparadas pelas equipes respectivas. Com isso, as abonações nesta gramática podem não corresponder exatamente às das edições tipográficas.

Entre 1988 e 1998 foram realizados dez seminários plenos, terminados, os quais os textos apresentados e debatidos eram reformulados e publicados em uma série própria, editada pela Editora da Unicamp: Castilho (org., 1990a; org., 1993), Ilari (org., 1992), Castilho e Basílio (orgs., 1996), Kato (org., 1996), Koch (org., 1996), Neves (org., 1999), Abaurre e Rodrigues (orgs., 2002). A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo financiou as atividades, também apoiadas vez e outra pelo Conselho Nacional de Pesquisas. Atuaram no PGPf cerca de 32 pesquisadores, ligados a 12 universidades brasileiras, distribuídos pelos seguintes GTS:

1. Fonética e Fonologia, coordenado inicialmente por João Antônio de Moraes e posteriormente por Maria Bernadete Marques Abaurre;
2. Morfologia Derivacional e Flexional, coordenado por Margarida Basílio e Ângela Cecília de Souza Rodrigues, respectivamente;
3. Sintaxe das Classes de Palavras, coordenado inicialmente por Rodolfo Ilari e posteriormente por Maria Helena de Moura Neves;
4. Sintaxe das Relações Gramaticais, coordenado inicialmente por Fernando Tarallo e posteriormente por Mary Aizawa Kato;
5. Organização Textual-Interativa, coordenado por Ingedore Grunfeld Villaça Koch.

Os seguintes pesquisadores atuaram na elaboração dos ensaios publicados nos oito volumes da *gramática do português falado*, que precedeu esta gramática:

Ângela Cecília de Souza Rodrigues (USP)
 Antonio José Sandman (UFPR)
 Ataliba Teixeira de Castilho (USP, Unicamp)
 Carlos Franchi (USP, Unicamp)
 Célia Maria Moraes de Castilho (doutora, Unicamp)
 Célia Terezinha Guião da Veiga Oliveira (UFRI)
 Charlotte Galves (Unicamp)
 Clélia Cândida A. Spinardi Jubran (Unesp-São José do Rio Preto)
 Dercir Pedro de Oliveira (UFMS)
 Dinah Maria Isensee Callou (UFRI)
 Erotilde Goreti Pezatti (Unesp-São José do Rio Preto)

Esmeralda Vailati Negrão (USP)
Fernando Tarallo (Unicamp)
Giselle Machline de Oliveira e Silva (UFRJ)
Hudinilson Urbano (USP)
Iara Bemquerer Costa (UFPR)
Ieda Maria Alves (USP)
Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Unicamp)
João Antônio de Moraes (UFRJ)
José Gaston Hilgert (UF-Passo Fundo)
Léa Gamarski (PUC-RJ)
Leda Bisol (PUC-RS)
Leonor Lopes Fávero (USP, PUC-SP)
Luiz Antonio Marcuschi (UFPE)
Luiz Carlos Cagliari (Unicamp)
Luiz Carlos Travaglia (UF-Uberlândia)
Marco Antônio de Oliveira (UFMG)
Margarida Basílio (UFRJ)
Maria Bernadete Marques Abaurre (Unicamp)
Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (PUC-SP)
Maria do Carmo O. T. Santos (Universidade Estadual de Maringá)
Maria Guadalupe de Castro (doutora, PUC-SP)
Maria Helena de Moura Neves (Unesp-Araraquara)
Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade (USP)
Maria Luiza Braga (UFRJ)
Mary Aizawa Kato (Unicamp)
Maura Alves de Freitas Rocha (UF-Uberlândia)
Mercedes Sanfelice Risso (Unesp-Assis)
Michael Dillinger (UFMG)
Milton do Nascimento (PUC-MG)
Odette G. L. A. S. Campos (Unesp-Araraquara)
Paulo Galembeck (Unesp-Araraquara)
Roberto Gomes Camacho (Unesp-São José do Rio Preto)
Rodolfo Ilari (Unicamp)
Rosane de Andrade Berlinck (doutora, Unicamp)
Sírio Possenti (Unicamp)
Yonne de Freitas Leite (UFRJ)
Zilda G. Oliveira Aquino (USP)

A partir de 1990, solicitou-se ao professor Milton do Nascimento que debatesse os problemas teóricos suscitados pelos trabalhos apresentados, na qualidade de assessor acadêmico do PGPF. Isso ocorreu sistematicamente a partir do IV Seminário, resultando daí alguns textos, um dos quais apresentado ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em 1993, em reunião convocada pelos doutores Maria Fernanda Bacelar do Nascimento e João Malaca Casteleiro – Nascimento (1993a, b; 2005).

Encerrada a agenda do PGPF, deu-se início em 2000 à consolidação, em cinco volumes, dos ensaios e teses publicados. Saíram, então, três volumes da *Gramática do português culto falado no Brasil*, publicados pela Editora da Unicamp: Jubran e Koch (orgs., 2006), Ilari e Neves (orgs., 2008) e Kato e Nascimento (orgs., 2009), todos publicados pela Editora da Unicamp.

A Editora Contexto publicou a primeira edição do volume referente à construção fonológica da palavra (Abaurre, org.) e a do volume referente à construção morfológica da palavra (Alves e Rodrigues, orgs.). A esses volumes se seguirão, em segunda edição, este volume I (Jubran, org.), o volume II, relativo à construção da sentença (Kato e Nascimento, orgs.), o desdobramento em três do volume II (Ilari, org., vols. III e IV; Neves, org., vol. V), totalizando sete volumes.

A presente edição, voltada para o público universitário, interessa aos professores de português do curso médio, alunos e professores dos cursos de graduação e pós-graduação em Letras e pesquisadores pós-graduados, além de interessados nos desenvolvimentos da língua portuguesa ocorridos no Brasil na segunda metade do século xx.

A seguir, vou resumir as discussões teóricas sobre a língua falada e sua descrição que embasaram esta gramática. Cada um dos volumes elencados mais adiante nesta Apresentação será precedido de uma introdução teórica mais detalhada.

ARTICULAÇÃO TEÓRICA DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CULTO FALADO NO BRASIL

Podem-se reconhecer dois momentos nas reflexões teóricas do grupo, assim denominados:

- a. convivência dos contrários;
- b. processamento do discurso e conhecimento sintático: um ponto de convergência?

A convivência dos contrários

Por ocasião do I Seminário do PGPF, não se chegou a um acordo nem quanto ao objeto empírico nem quanto ao objeto teórico, cindindo-se as posições em pelo menos duas grandes direções, para cuja formulação valem até certo ponto as distinções entre uma teoria formal e uma teoria funcional da gramática. Mesmo correndo o risco da caricatura, assim formulei tais posições em Castilho (org., 1990a: 15):

1. Quanto ao objeto empírico:
 - a. A língua falada e a língua escrita integram um mesmo sistema, diferenciando-se na frequência dos processos ou das categorias de que dispõem.
 - b. A língua falada é um objeto autônomo em relação à língua escrita. Sobretudo, não é correto admitir a agramaticalidade dessa variedade.

2. Quanto ao objeto teórico:
 - a. A língua é um conjunto de orações, cujo correlato psicológico é a competência, entendida como a capacidade de produzir, interpretar e julgar a gramaticalidade das orações. Segue-se que as orações devem ser descritas independentemente de sua localização contextual, e a Sintaxe é autônoma com respeito à Semântica e à Pragmática. Diferentes graus de idealização dos dados podem ser considerados, sendo indispensável seguir considerando uma Língua I, distinta de uma Língua E.
 - b. A língua é um instrumento de interação social, cujo correlato psicológico é a competência comunicativa, isto é, a capacidade de manter a interação por meio da linguagem. Segue-se que as descrições das expressões linguísticas devem proporcionar pontos de contato com seu funcionamento em dadas situações. A Pragmática é um marco globalizador, dentro do qual devem ser estudadas a Semântica e a Sintaxe.

No seguimento das pesquisas, os GTs de Fonética e Fonologia, Morfologia Derivacional e Sintaxe das Relações Gramaticais elegeram uma percepção “formal” das tarefas, enquanto os GTs de Sintaxe das Classes de Palavras e Organização Textual-Interativa elegeram uma percepção “funcionalista”. Convencionou-se, naquele momento, que os diferentes volumes da gramática advertiriam o leitor a respeito das diferentes opções tomadas.

Num ponto estavam todos de acordo: o projeto teria uma vocação empírica, buscaria realizar uma descrição exaustiva, controlando os dados quantitativa-

mente, sempre que possível, limitando as pesquisas ao português brasileiro culto documentado pelo Projeto Nurc/Brasil.

A fundamentação em dados idênticos acabaria por matizar as diferenças apontadas, abrindo caminho a uma possível convergência dos pontos de vista, alguns dos quais perceptíveis na segunda fase do debate teórico. Entretanto, nessa fase as diferenças ainda permaneceram bem visíveis.

Conforme apontei anteriormente, alguns GTs se inclinaram para uma abordagem mais formal dos dados, enquanto outros buscaram uma abordagem funcional. O exame das respectivas propostas teóricas e dos trabalhos realizados mostra isso claramente. Passo a reproduzir trechos dos documentos por eles produzidos.

A PERSPECTIVA FORMAL

GT de Fonética e Fonologia

Segundo esse GT,

[...] o componente fonológico de uma gramática é aqui entendido como um conjunto de princípios, parâmetros e convenções que organizam o sistema de oposições estabelecidas no plano fônico, e as possibilidades de escolha das atualizações dessas oposições, facultadas aos falantes em contextos específicos, linguísticos e extralinguísticos. (Abaurre apud Castilho, 2006: 18)

Trabalhos em fonologia métrica acompanham essa perspectiva. Entretanto, devem-se lembrar das pesquisas sobre fonética acústica e sobre o ritmo, necessárias à caracterização do português do Brasil.

GT de Morfologia

Os pesquisadores do GT de Morfologia sustentam que

[...] uma abordagem gerativa para o estudo do componente morfológico, levando à procura de padrões que definiriam a competência lexical, [...] coloca a questão de como estudar a produtividade lexical no português falado, a partir de ocorrências verificadas no *corpus* mínimo do PGPF. [...] O conceito de produtividade lexical é de fundamental importância na teoria lexical [podendo ser definido] como a possibilidade que essa regra tenha de formar novas palavras no léxico da língua. Uma regra improdutiva, ao contrário, embora possa ser utilizada para reconhecimento de relações lexicais, tem sua distribuição limitada

a uma lista de bases com que ocorre. [...] As *condições de produtividade* de uma regra devem ser distintas das *condições de produção*, que dependem de fatores de ordem paradigmática, discursiva e sociocultural. [Os fatores paradigmáticos são determinados pela existência de regras em competição; o tipo de discurso utilizado permitirá ou estimulará certos tipos de formação; as condições culturais criam referentes a serem rotulados.] Tanto as condições de produtividade quanto as condições de produção estão ligadas a funções dos processos de formação. Temos sobretudo três funções na formação de palavras: a mudança categorial, a rotulação e a avaliação expressiva. (Basílio apud Castilho, 2006: 18)

Um ponto a destacar nessas formulações reside em que nelas se puseram em contato, no nível teórico, os princípios constitutivos da estrutura e os princípios discursivos de processamento dessas estruturas, problemas com os quais os pesquisadores se viram às voltas em seu trabalho diário, e que retornariam na segunda fase dos debates teóricos.

GT de Relações Gramaticais

Esse GT estipulou

[...] a utilização do quadro conceitual da Teoria de Princípios e Parâmetros da teoria gerativa, aliada a uma metodologia de manipulação e quantificação dos dados na linha laboviana. A metodologia justifica-se pelo fato da própria teoria chomskiana admitir que uma teoria de uso da língua inclui uma gramática da competência, que atua, no desempenho, com outros módulos da mente. A visão modular da gramática e de seu uso levou a uma metáfora metodológica de trabalho por camadas de representações: uma primeira, constituída de estruturas de predicação e complementação e a segunda de estruturas de adjunção e de elementos discursivos. (Kato apud Castilho, 2006: 19)

Deve-se reconhecer que esse GT apresentou ao PGPF uma grande inovação, que foi a de estabelecer um “casamento” entre a teoria gerativa e a teoria da variação, promovido pelos professores Mary Kato e Fernando Tarallo. Mas um fato sem dúvida interessante foi que, munidos de hipóteses fortes, e de certa forma arastados pelo charme dos dados, os linguistas aqui associados deixaram para um segundo momento o exame do “núcleo duro” da oração, ou “fundo”, examinando prioritariamente “a camada mais extrema à gramática”, ou “figura”, constituída pelos elementos discursivos e pelos adjuntos, “que atuam como ruptores da gramática nuclear, mas que são justamente os elementos indispensáveis para a realização das relações gramaticais no discurso, ou na fala efetiva”. Para uma discussão do par conceitual “fundo-figura”, ver Nascimento (1993a).

Partindo do princípio de adjacência de caso formulado por Timothy Stowell, segundo o qual “o elemento que atribui caso deve estar adjacente ao receptor desse caso” (Kato apud Castilho, 2006: 19), esse GT verificou se as mesmas fronteiras são disputadas pelos mesmos elementos, constatando que, a despeito da não correspondência entre fronteira e função, é possível identificar preferências bem marcadas. As relações ambíguas estão sendo analisadas tanto do ponto de vista sintático quanto do fonológico-prosódico. Foi possível concluir que o português falado no Brasil é marcado negativamente no que diz respeito aos requisitos da adjacência entre a cabeça e o constituinte que dela recebe o caso.

A PERSPECTIVA FUNCIONAL

GT de Sintaxe das Classes de Palavras

Esse GT descartou, desde o início, a aplicação de alguma teoria linguística importante, optando por levar a sério a metáfora de Neurath, sempre lembrada por Rodolfo Ilari, segundo a qual se vai “construir um navio ao mesmo tempo em que se está navegando nele” (Ilari apud Castilho 2006: 20). Assim, tentou-se desde logo explicar por que a estrutura do português falado é como ela é, partindo de abordagens intuitivas, que permitiram operar com critérios originários de uma literatura variada, que vai dos gramáticos antigos até a Gramática Gerativa, passando pela Análise da Conversação e pela Semântica. Mas tudo isso sem muito radicalismo, num raciocínio *suaviter in modo*, embora se reconheça que há um sabor mais vincadamente funcionalista naquilo que se vem fazendo.

O que unifica os pesquisadores reunidos nesse GT, decerto o mais heterogêneo do PGPF, é tomar como objeto mais amplo de estudo a competência comunicativa, entendida, na formulação de Maria Helena de Moura Neves, como

[...] a capacidade que os falantes têm não apenas de acionar a produtividade da língua (jogar com as restrições), mas também – e primordialmente – de proceder a escolhas comunicativamente adequadas (operar as variáveis dentro do condicionamento ditado pelo próprio processo de produção). (Ilari apud Castilho, 2006: 20)

As classes de palavras são o objeto empírico desse GT. As pesquisas começaram pelo estudo dos advérbios, vindo depois os adjetivos, os pronomes, os verbos e as conjunções. As preposições foram agregadas posteriormente. Partindo das propriedades habitualmente atribuídas a essas classes de palavras, examina-se até

que ponto elas são aplicáveis ao estoque de itens constantes do *corpus*. Atuando assim, os pesquisadores se deram conta de que nem todos os advérbios, por exemplo, podem ser realmente entendidos como tais. Para encaminhar o problema, foram postulados quatro processos básicos de constituição do enunciado: a *referenciação*, a *predicação*, a *conjunção* e a *foricidade*, que inclui a *dêixis*.

Na análise dos advérbios, esses processos foram assim utilizados:

- i) no que diz respeito à predicação, distinguiram-se advérbios predicativos (modalizadores, qualificadores, aspectualizadores) de não predicativos (focalizadores de inclusão/exclusão, de afirmação/negação);
- ii) quanto ao processo da conjunção, notou-se que muitos advérbios promovem “um amarramento textual das porções de informação progressivamente liberadas ao longo da fala” (Ilari apud Castilho, 2006: 21), como Mercedes Risso reconheceu, ao estudar os empregos de “*agora*”, a que se seguiram estudos de outros itens tais como “*ai*”, “*então*” etc. Esses conectivos textuais foram descritos pelo GT de Organização Textual-Interativa;
- iii) finalmente, no que toca ao processo da foricidade, notou-se a grande importância de itens tais como “*aqui*”, “*lá*”, “*agora*”, “*hoje*” etc., solicitados pela função interacional na conversação, pela permeação de vozes na produção oral e pela remissão textual. O exame dos pronomes, dos adjetivos e das conjunções vem confirmando a relevância desses processos na descrição das expressões orais.

GT de Organização Textual-Interativa

O GT de Organização Textual-Interativa parte de

[...] uma concepção específica de linguagem, que passa a ser vista como uma forma de ação, uma atividade verbal exercida entre dois protagonistas, dentro de uma localização contextual, em que um se situa reciprocamente em relação ao outro, levando em conta circunstâncias da enunciação, de que fazem parte os entornos espaçotemporal e histórico-social que unem os interlocutores. (Koch apud Castilho, 2006: 21)

O ponto forte da articulação desse GT está em sua “visão de linguagem como manifestação de uma *competência comunicativa*, definível como capacidade de manter a interação social mediante a produção e o entendimento de textos que funcionam comunicativamente” (Koch apud Castilho, 2006: 21). Seus pesquisadores insistem em que essa competência comunicativa não tem, com relação à competência linguística, um caráter de exclusão ou de adição. Por outras palavras, não se trata de

[...] ampliar o objeto de estudos da Linguística Estrutural, acrescentando-lhe componentes pragmáticos. Trata-se, na verdade, de um enfoque particular do heterogêneo fenômeno da linguagem, com o conseqüente estabelecimento de um objeto de estudos que leva a pesquisar a língua sob a forma com que ela comparece socialmente, e não sob a forma de um sistema abstrato de signos. (Koch apud Castilho, 2006: 21)

O texto enquanto objeto de estudo deve ser definido como um produto linguístico marcado pela dinâmica da atuação interacional. A Pragmática, a Análise da Conversação e a Linguística do Texto fornecem os marcos dentro dos quais se movimentam as análises: “a visão do texto falado como uma atividade estruturada, que apresenta regularidades próprias de organização, sustenta a possibilidade de uma abordagem gramatical do texto”. (Koch apud Castilho, 2006: 21)

Para operacionalizar tais conceitos, esse GT investigou a natureza e especificidade de produção do texto falado, sua organização tópica, os processos de construção textual e os marcadores discursivos, pondo em destaque as funções textuais e interacionais desempenhadas pelos processos e mecanismos de elaboração do texto falado.

Para um modelo de processamento do discurso: um ponto de convergência?

A maior expectativa que as pessoas alimentam ao consultar uma gramática de referência é encontrar ali, devidamente hierarquizados, um conjunto de produtos linguísticos, o chamado enunciado, disposto em planos classificatórios mais ou menos convincentes.

A presente gramática deixou de lado essa estratégia, tendo buscado identificar nas descrições feitas os processos acionados para a produção do enunciado. Indo nessa direção, Nascimento (1993b: 110) propõe que o texto é “o lugar onde é possível identificar as pistas indicadoras das regularidades que caracterizam a atividade linguística do falante”. A esse respeito, ele fez as seguintes afirmações, que gozam de certo consenso entre os pesquisadores:

- a. Uma concepção da linguagem como uma atividade, uma forma de ação, a verbal, que não pode ser estudada sem se considerar suas principais condições de efetivação.
- b. A pressuposição de que, na contingência da efetivação da atividade linguística do falante/ouvinte [na produção e recepção de textos], temos a manifestação de sua competência comunicativa, caracterizável a partir

de regularidades que evidenciam um sistema de desempenho linguístico constituído de vários subsistemas.

- c. A pressuposição de que cada um desses subsistemas constituintes do sistema de desempenho linguístico [o discursivo, o semântico, o morfossintático, o fonológico...] é caracterizável em termos de “regularidades” definíveis em função de sua respectiva natureza.
- d. A pressuposição de que um dos subsistemas constituintes desse sistema de desempenho linguístico é o subsistema computacional [entendido como uma noção mais ampla que a de Língua 1], definível em termos de regras e/ou princípios envolvidos na organização morfossintática e fonológica dos enunciados que se articulam na elaboração de qualquer texto.
- e. A pressuposição de que o texto é o lugar onde é possível identificar as pistas indicadoras das regularidades que caracterizam o referido sistema de desempenho linguístico.

Pode-se reconhecer, portanto, que o texto é o ponto para onde convergem muitas das posições dos pesquisadores. Outros pontos de convergência foram assinalados por Mary Kato, na “Introdução ao volume v”, a organização da gramática, a metodologia adotada e os pressupostos teóricos, mesmo divididos como atrás mencionado. (Kato, org., 1996)

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO DA LÍNGUA FALADA

As seguintes normas foram adotadas para a transcrição do *corpus* do Projeto Nurc/SP, publicadas em Castilho e Preti (1987).

| OCORRÊNCIAS | SINAIS | EXEMPLIFICAÇÃO |
|-------------------------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------|
| Incompreensão de palavras ou segmentos | () | <i>...do nível de renda... () nível de renda nominal...</i> |
| Hipótese do que se ouviu | (hipótese) | <i>(estou) meio preocupado (com o gravador)</i> |
| Truncamento | / | <i>e comé/ e reinicia</i> |
| Entoção enfática | maiúsculas | <i>porque as pessoas reTÊM moeda</i> |
| Alongamento de vogal ou das consoantes [r], [s] | :: ou ::: | <i>ao emprestarem os... êh:: o dinheiro</i> |
| Silabação | - | <i>por motivo tran-sa-ção</i> |
| Interrogação | ? | <i>o Banco Central... certo?</i> |
| Qualquer pausa | ... | <i>são três motivos... ou três razões</i> |
| Comentários descritivos | ((minúsculas)) | <i>((tossiu))</i> |

| | | |
|-----------------------------------------------------------------------|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Comentários do locutor que quebram a sequência temática | – – | <i>a demanda da moeda – vamos dar essa conotação – demanda de moeda por motivo</i> |
| Superposição, simultaneidade de vozes | [ligando linhas | <i>A. na casa da sua irmã? [sexta feira?</i> |
| Citações literais, reprodução de discurso direto ou leitura de textos | “ ” | <i>Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREira entre nós”...</i> |

Fonte: Castilho e Preti (orgs., 1987: 9-10).

PLANO GERAL DA GRAMÁTICA

Esta *Gramática do português culto falado no Brasil* constará, em sua segunda edição, de sete volumes, adiante enumerados, indicando-se entre parênteses seus organizadores:

- Volume I: Construção do texto falado (Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran, Universidade Estadual Paulista, pesquisadora do CNPq).
- Volume II: Construção da sentença (Mary A. Kato, Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora do CNPq).
- Volume III: Palavras de classe aberta (Rodolfo Ilari, Universidade Estadual de Campinas).
- Volume IV: Palavras de classe fechada (Rodolfo Ilari, Universidade Estadual de Campinas).
- Volume V: Processos de construção (Maria Helena de Moura Neves, Universidade Presbiteriana Mackenzie, pesquisadora do CNPq).
- Volume VI: Construção morfológica da palavra (Ieda Maria Alves, Universidade de São Paulo; Ângela Cecília de Souza Rodrigues, Universidade de São Paulo).
- Volume VII: Construção fonológica da palavra (Maria Bernadete Marque Abaurre, Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora do CNPq).